

EXMO. SR. MINISTRO RELATOR LUIZ FUX, DO COLENDO STF

Referência: ACO nº 2.757/RJ

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE**, nos autos à epígrafe, em que contende com a **UNIÃO FEDERAL**, irressignada com a r. decisão que rejeitou os seus embargos de declaração, vem perante V. Exa., por seus procuradores que esta subscrevem, contra ela avar **AGRAVO**, na forma do art. 1.021 do CPC e nos termos a seguir.

1

## 1. DOS FATOS E DO DIREITO.

Trata-se de ação cível originária proposta para ver declarado o direito da CEDAE à imunidade do art. 150, VI, “a”, da Constituição e o seu direito à restituição dos valores pagos a título de impostos federais nos cinco anos anteriores à propositura da ação, bem como durante o seu curso.

Em 11.05.2017, foi proferida decisão que julgou procedente o pedido, nos seguintes termos:

*“Ex positis, julgo procedente o pedido formulado na presente ação, nos termos do art. 487, I, do CPC/2015 e do art. 21, § 1º, do Regimento Interno do STF, no sentido de reconhecer a aplicação da imunidade tributária recíproca (art. 150, VI, ‘a’, da CRFB/88) à autora em relação ao patrimônio, aos bens e aos serviços utilizados na prestação dos serviços públicos que realiza; bem como para reconhecer seu direito à repetição dos valores pagos a título de impostos federais nos 5 (cinco) anos anteriores à propositura da ação (art. 168 do CTN), bem como aqueles cujos fatos geradores ocorreram durante o seu trâmite, nos limites do que determinado por essa decisão. Ficam prejudicados eventuais recursos e/ou incidentes formulados no feito.”*

*Condene o réu ao pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 3º, I e II, do CPC/2015.”*

A CEDAE opôs embargos declaratórios.

Isso porque a decisão não previa a atualização dos valores a serem restituídos à empresa. Assim, pediu a CEDAE que a omissão fosse sanada para reconhecer-se o seu direito à repetição dos impostos federais pagos, devidamente atualizados pela Selic, a partir da data do recolhimento.

Nos embargos, alegou também a empresa que a decisão padecia de obscuridade no que tange aos honorários, eis que a verba foi fixada em 10% (dez por cento) do valor da causa, embora o Novo CPC preveja a fixação dos honorários sobre o valor da condenação ou do proveito obtido.

No entanto, os embargos foram rejeitados aos seguintes fundamentos:

*“(…) quanto à previsão de atualização dos valores tributários a serem restituídos à autora, inexistiria omissão quanto ao ponto no decisorio, pois eventual necessidade de atualização da monta será objeto de fixação pelo juízo competente ao cumprimento de sentença, não cabendo a este Tribunal dispor sobre a questão neste momento processual.*

*Outrossim, quanto ao pedido de fixação dos honorários sobre o valor da condenação, tenho que o mesmo não merece ser acolhido.*

*Primeiramente, destaco que o CPC/2015 não deixou de utilizar o critério do valor da causa como instrumento de mensuração do valor dos honorários advocatícios, ainda que o tenha feito subsidiariamente ao valor da condenação ou do proveito econômico obtido. É o que decorre do art. 85, § 2º, do CPC/2015.*

*Mas, o mais importante, destaco que a ação foi ajuizada ao tempo do CPC/1973, quando se utilizava o valor da causa como critério para fixação do valor dos honorários advocatícios. Frise-se que, à época, o valor da causa foi indicado pela própria autora em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), não sendo objeto de posterior alteração ou impugnação, tendo sido esse o parâmetro utilizado, inclusive, para recolhimento de custas judiciais.*

*Dessarte, tratando-se de valor inicialmente atribuído pelo próprio autor no momento de propositura da petição inicial e tendo sido esse parâmetro utilizado durante todo o trâmite processual, utilizar critério diverso apenas para a fixação dos honorários advocatícios atentaria contra o princípio da boa-fé objetiva, da qual deriva o subprincípio da vedação do venire contra factum proprium (proibição de comportamentos contraditórios).*

*Ex positis, desprovejo os presentes embargos de declaração.”*

*Data maxima venia, a decisão merece ser reformada.*

Em primeiro lugar, porque cabe a este Tribunal fixar o índice de atualização aplicável aos valores restituídos à empresa. Com efeito, tal ma-

téria não pode ser dirimida em sede de cumprimento de sentença, visto que, naquela etapa processual, verificar-se-á apenas a exatidão dos cálculos reelizados pela empresa e a efetiva quitação dos valores por parte da União.

Diante disso, reitera a Agravante o pedido formulado, para que seja reconhecido o seu direito à repetição dos valores atualizados pela Selic.

Quanto aos honorários, alega a r. decisão agravada que o Novo CPC não poderia ser aplicado, vez que a ação foi proposta em 2015, quando ainda vigorava o CPC/1973. Sustenta também que a empresa teria atribuído à causa o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e que, por essa razão, apenas este poderia ser o parâmetro para a fixação da sucumbência.

Ocorre que o montante de R\$ 100 mil foi atribuído à demanda apenas em caráter simbólico e não gerou qualquer impacto na tramitação do processo. De fato, nem mesmo a taxa judiciária foi calculada sobre o valor da causa, já que todas as ações cíveis originárias estavam sujeitas a custas fixas de R\$ 329,41, como previsto na Resolução nº 554/2015 desta Corte.

No entanto, ainda que assim não fosse, as verbas de sucumbência jamais poderiam ser calculadas sobre o valor atribuído a esta ação.

Isso porque a lei aplicável à fixação dos honorários advocatícios é aquela vigente ao tempo da prolação da sentença, e não da distribuição da demanda. Nesse sentido o entendimento consolidado do E. STJ:

3

**“Recurso Especial. Processual Civil. Embargos de Declaração. Não ocorrência de omissão. Rediscussão da matéria. Honorários advocatícios. Natureza jurídica. Lei nova. Marco temporal para aplicação do CPC/2015. Prolação da sentença.**

(...)

5. Outrossim, a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que **a sucumbência é regida pela lei vigente na data da sentença.**

6. Esclarece-se que os honorários nascem contemporaneamente à sentença e não preexistem à propositura da demanda. Assim sendo, **nos casos de sentença proferida a partir do dia 18.3.2016, aplicar-se-ão as normas do CPC/2015.**

7. In casu, a sentença prolatada em 21.3.2016, com supedâneo no CPC/1973 (fls. 40-41, e-STJ), não está em sintonia com o atual entendimento deste Tribunal Superior, razão pela qual merece prosperar a irresignação.

(...)

9. **Recurso Especial parcialmente provido, para fixar os honorários advocatícios em 10% do valor da condenação, nos termos do artigo 85, § 3º, I, do CPC/2015.** (STJ, 2ª Turma, REsp nº 1.636.124/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe 27.04.2017)

*In casu*, a decisão de mérito foi proferida em 11.05.2017, isto é, mais de um ano após a entrada em vigor do Novo CPC. Logo, apenas este código pode ser aplicado na fixação dos honorários devidos pelas partes.

Assim prescreve o art. 85 do CPC/2015:

“Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

(...)

§ 2º. Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa (...).

§ 3º. Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º e os seguintes percentuais:

I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos;

II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos;

III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos;

IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos;

V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos.”

Como se pode ver, o Código admite a fixação dos honorários sobre o valor da causa apenas em casos excepcionais, nos quais não seja possível mensurar o valor da condenação ou do proveito econômico obtido.

Ora, no presente caso, o valor da condenação é perfeitamente mensurável, equivalendo aos impostos federais pagos pela CEDAE nos cinco anos anteriores à propositura da ação e os recolhidos durante seu curso.

Portanto, este é o parâmetro que deve ser observado na fixação dos honorários advocatícios, que devem ser arbitrados entre 1% e 3% do valor da condenação, como determina o art. 85, § 3º, V, do CPC/2015.

## 2. DO PEDIDO.

Por todo o exposto, pede a Agravante o provimento deste recurso para reformar-se a r. decisão agravada e (i) reconhecer-se o seu direi-

**Sócios – Partners**

Sacha Calmon Navarro Coêlho | Misabel de Abreu Machado Derzi  
Igor Mauler Santiago | Valter Lobato | Paula Derzi Botelho | André Mendes Moreira  
Juliana Junqueira Coelho | Eduardo Junqueira Coelho | João Flávio Machado  
Andréa Bedran | Arnaldo Paiva | Mônica Barros | Gabriel Amarante | Guilherme Quintela  
Tiago Conde | Patrícia Gaia | Frederico Breyner | Fernando Moura | Alice Gontijo

**SACHA CALMON**  
**MISABEL DERZI**  
CONSULTORES E ADVOGADOS

to à restituição dos valores pagos a título de impostos federais nos cinco anos anteriores à propositura da ação e durante o seu curso, devidamente atualizados pela taxa Selic, a partir da data do recolhimento; e (ii) fixarem-se os honorários devidos pela União entre 1% e 3% do valor da condenação.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília, 08 de agosto de 2017.



SACHA CALMON NAVARRO COÊLHO  
OAB/SP nº 249.347-A



MISABEL ABREU MACHADO DERZI  
OAB/SP nº 255.384-A



IGOR MAULER SANTIAGO  
OAB/SP nº 249.340-A



TIAGO CONDE TEIXEIRA  
OAB/DF nº 24.259

CAROLINA SCHÄFFER F. JORGE  
OAB/SP nº 306.594